

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PIRACICABA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, em formato híbrido, com parte dos conselheiros presente na Secretaria Municipal de Educação e parte conectada remotamente, realizou-se a primeira reunião ordinária de 2026 do Conselho Municipal de Educação de Piracicaba, sob a presidência do Presidente do Conselho, Prof. André. Verificado o quórum regimental, foram iniciados os trabalhos, ficando registrado que eventuais justificativas de ausência seriam encaminhadas à secretaria do colegiado. Na abertura, foi apresentada a pauta da reunião, compreendendo a recomposição de cadeiras do Conselho, o questionário do IEGM 2026, ano-base 2025, a prestação de contas no âmbito da comissão de finanças e os preparativos da Conferência Municipal de Educação.

Na sequência, o Presidente informou que se encontra em andamento o processo eleitoral para recomposição das cadeiras vagas do Conselho, com inscrições abertas de 9 de fevereiro a 11 de março e eleição prevista para o dia 12 de março, às 18 horas. Foram mencionadas vagas relativas às entidades educacionais que atendem pessoas com deficiência, à suplência da representação das instituições de educação infantil mantidas pela iniciativa privada e à representação de pais de alunos das redes municipal e estadual, além do desligamento formal ainda pendente de uma conselheira. Houve orientação para ampla divulgação do edital e mobilização de interessados, inclusive entre pais e representantes da educação privada, bem como convite aos membros que pudessem auxiliar presencialmente no processo eleitoral. Também ficou consignada a necessidade de, após a recomposição integral do colegiado, retomar a discussão sobre possível revisão do regimento quanto às regras do processo eleitoral.

Em seguida, passou-se ao exame do questionário do IEGM 2026, ano-base 2025. O Presidente apresentou esclarecimentos sobre a natureza do indicador, registrando que o município se encontra classificado na faixa C e expondo pontos que impactaram negativamente a pontuação da área da educação. Foram debatidas inconsistências no lançamento de dados do censo escolar referentes ao atendimento pedagógico especializado de estudantes público-alvo da educação especial, com informação de que a divergência já foi identificada e está em processo de correção pela Secretaria, embora sem repercussão imediata neste ciclo de resposta. Também foram discutidos dados relativos à formação superior de docentes da pré-escola, à baixa cobertura do ensino integral nos anos iniciais do ensino fundamental, à inexistência de indicador municipal próprio de avaliação da qualidade do ensino, ainda que

haja projeto em desenvolvimento, e à ausência de AVCB nos estabelecimentos da rede pública municipal, considerada questão sensível tanto do ponto de vista da segurança escolar quanto da pontuação do indicador. Na parte referente às respostas do Conselho, registrou-se preocupação com a necessidade de compilação célere das informações e, em especial, com o fato de ainda não ter havido a aprovação das contas da Secretaria Municipal de Educação relativas ao exercício de 2025, situação que pode acarretar perda de pontuação no questionário.

Durante esse debate, o conselheiro Eduardo manifestou preocupação com falhas na circulação de informações ao colegiado, observando que documentos e convites não haviam chegado a todos os membros com a antecedência necessária. O Presidente reconheceu que o material recebido em razão de sua função não havia sido repassado ao conjunto do Conselho e apresentou pedido de desculpas, comprometendo-se a aperfeiçoar o fluxo de comunicação. O conselheiro Eduardo também questionou se a existência de sistema municipal próprio de avaliação seria exigência legal, tendo sido esclarecido que, conforme debatido na reunião, não se trata de obrigação legal expressa, mas de recomendação considerada positiva.

Na discussão sobre a segurança dos prédios escolares e a ausência de AVCB, o conselheiro Odair relatou dificuldades verificadas em processos envolvendo instituições privadas e destacou a necessidade de observância estrita das competências legais dos órgãos responsáveis pela análise documental. A conselheira Eurideia acrescentou esclarecimentos sobre procedimentos tradicionalmente adotados em autorizações e ampliações de escolas, sugerindo interlocução direta com a autoridade regional competente. A conselheira Ana Franco questionou de que modo o Conselho poderia atuar nesse tema, tendo sido assentado que o colegiado pode formalizar ofícios e questionamentos à Prefeitura, à Secretaria Municipal de Educação e à Diretoria de Ensino, solicitando informações sobre os prédios que dispõem ou não da documentação exigida, as razões da pendência e as providências previstas, sem prejuízo do reconhecimento de que se trata de matéria complexa e de elevado custo. O conselheiro Marcelo reforçou a gravidade do problema, especialmente diante do impacto financeiro das adequações exigidas, observando que a questão extrapola o âmbito de solução imediata das unidades escolares.

No item relativo à prestação de contas, foram apresentados extratos de empenho e relações de despesas, com esclarecimentos sobre a necessidade de exame detalhado, pela comissão de finanças, dos credores, valores empenhados, natureza dos fornecimentos e serviços, consistência de preços

praticados e conferência material do que foi adquirido ou executado. Ressaltou-se que a análise deverá considerar os documentos do quarto trimestre de 2025, ainda pendentes de apreciação, e que a comissão precisará se reunir para produzir encaminhamento próprio sobre a matéria.

Quanto à Conferência Municipal de Educação e ao monitoramento do Plano Municipal de Educação, o Presidente informou que o Conselho e a Secretaria já participaram de discussões preliminares, havendo sinalização de apoio material do município para realização do evento. Contudo, registrou-se que a definição do período e de critérios depende de orientações superiores, especialmente da UNCME e de deliberações vinculadas ao Plano Nacional de Educação. Ainda assim, prevaleceu o entendimento de que não é necessário aguardar a definição externa para iniciar o trabalho de monitoramento e avaliação do plano vigente. A conselheira Aline defendeu o início imediato dessa etapa, e o colegiado discutiu a formação de grupos menores de trabalho, com posterior socialização dos resultados em reuniões ampliadas. Foram mencionadas, de modo preliminar, frentes temáticas como educação infantil, alfabetização, anos iniciais, anos finais e ensino médio, educação integral, conectividade, educação especial, EJA, educação profissional, ensino superior e participação democrática. Também se aventou a realização de reunião extraordinária, preferencialmente presencial e após a eleição de recomposição, para instrumentalização dos conselheiros quanto ao uso de bases de dados, plataformas e indicadores necessários à avaliação das metas.

Na parte final da reunião, a conselheira Elizabeth indagou sobre a possibilidade de a conselheira Aline, supervisora e representante da SME, compartilhar com o colegiado os dados e indicadores apresentados em plataforma institucional, tendo a conselheira Aline informado que verificaria a forma de disponibilização das informações, inclusive por meio de acesso orientado à plataforma, ressaltando que tais dados poderão subsidiar não apenas o monitoramento do plano, mas também análises por escola. O Presidente reforçou que a avaliação das metas exigirá leitura do plano vigente, consulta a bases como IBGE e censo escolar e realização de comparações e cálculos que demandam orientação conjunta. Debatida a organização do cronograma, cogitou-se a realização desse encontro formativo após a eleição de 12 de março, em data a ser ajustada pelo colegiado, sem prejuízo do tratamento simultâneo das demandas mais imediatas ligadas ao IEGM e à prestação de contas.

Por fim, foram prestados informes sobre ato solene previsto para o dia 27 de fevereiro de 2026, às 14h30, no anfiteatro, destinado à entrega do Selo Escola Autorizada às instituições particulares de educação infantil do município, tendo sido feito convite para participação de representantes do Conselho.

Retomou-se, ainda, o tema da comunicação interna, quando o conselheiro Eduardo voltou a registrar que o acesso às informações do colegiado permanece restrito. Em resposta, o Presidente informou que solicitará à secretaria do Conselho o encaminhamento mais amplo e direto das comunicações ao grupo geral de membros. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada por volta de 19h52, ficando consignado que a gravação e a transcrição seriam posteriormente encaminhadas para apoio à formalização do registro. Para constar, lavra-se a presente ata, escrita por mim, Eduardo Fernando Francini e que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes.